

Metas de inflação e LRF ajudaram na formação do superávit

AGÊNCIA BRASIL

Rio

O governo conseguiu manter o superávit primário crescente em 2002 e 2003 graças à adoção das metas inflacionárias e à vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. A trajetória foi iniciada na década de 90 e, segundo dados divulgados hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa chegou a 2,26% e 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), respectivamente, nos dois anos analisados.

O estudo mostra que, em 2002, o aumento de R\$ 12,3 bilhões no superávit primário foi obtido principalmente com a elevação da arrecadação de tributos pagos tanto por empresas privadas quanto por pessoas físicas. No ano seguinte, o resultado foi consequência de um ajuste nas despesas públicas.

“Em 2002, houve um aumento das receitas extraordinárias do governo federal, como a arrecadação do Imposto de Renda, enquanto em 2003 foi mais determinante a redução dos gastos, em especial os de capital fixo, como os investimentos em obras, que são mais

flexíveis do que despesas com pessoal e com benefício”, explicou a economista do IBGE Dione de Oliveira.

Segundo a economista, a obtenção do resultado baseado na queda de despesas pôde compensar o aumento dos gastos com juros, que superaram a receita, por conta do aumento da taxa Selic, naquele ano. “Em termos fiscais, o governo federal obteve um resultado ainda positivo de R\$ 44,9 bilhões”, ressaltou a economista.

Ainda naquele ano, as empresas públicas federais registraram lucro 20% maior do que em 2002. A receita total dessas estatais também acabou aumentando, segundo o IBGE, aproximadamente 10%.

“Esse processo é demorado e teve início a partir da implantação do Plano Real, que significou o controle da inflação e a estabilidade de preços. Isso fez com que as empresas começassem a ficar mais eficientes”, explica o economista do IBGE, Carlos Sobral.

Em resumo, as empresas estatais estão mais enxutas, contribuindo para um resultado positivo do governo.